

Relatório da visita de uma delegação da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI) à Região Autónoma da Madeira

- De 19 a 22 de janeiro de 2025 -

Delegação:

- Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) – Presidente da Comissão
- Deputado Pedro Roque (PSD) – Vice-Presidente da Comissão
- Deputado José Moura Soeiro (BE) – Vice-Presidente da Comissão
- Deputada Isaura Morais (PSD)
- Deputada Carla Barros (PSD)
- Deputado João Antunes dos Santos (PSD)
- Deputado Joaquim Barbosa (PSD)
- Deputado Paulo Edson Cunha (PSD)
- Deputada Sónia Ramos (PSD)
- Deputado Miguel Cabrita (PS)
- Deputada Ana Bernardo (PS)
- Deputado Fernando José (PS)
- Deputado Gilberto Anjos (PS)
- Deputado Hugo Oliveira (PS)
- Deputada Patrícia Caixinha (PS)
- Deputada Felicidade Vital (CH)
- Deputado João Ribeiro (CH)
- Deputado Armando Grave (CH)
- Deputado Manuel Magno (CH)
- Deputado Alfredo Maia (PCP)

19 de janeiro (domingo)

- **17h – 19h: Reunião com o Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira (CECS-RAM), com a presença da UGT-Madeira, da USAM-União dos Sindicatos da Madeira, afeta à \aCGTP, e do Sindicato dos**

Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas; do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM; do SINTAP-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos da Madeira; e do SDPM-Sindicato Democrático dos Professores da Madeira

Acompanharam esta reunião os Deputados Paula Margarido (PSD), Pedro Coelho (PSD) e Sofia Canha (PS), eleitos pelo círculo eleitoral da RAM.

Após a abertura protocolar da reunião pelo Senhor Presidente da 10.^a Comissão Permanente da Assembleia da República, Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), e depois de o Presidente do CECS-RAM, António Abreu, ter procedido às devidas apresentações e de ter agradecido o convite formulado, foi concedida a palavra ao Vice-Presidente do CECS-RAM, Ricardo Freitas, que deu conta que o Conselho – composto pelo Plenário e pela Comissão Permanente de Concertação Social, esta presidida pelo correspondente membro do Governo – estava constituído, mas não dispunha de meios para concretizar as suas atribuições, clarificando que procuravam seguir as boas práticas nacionais e que não havia competência concorrencial com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM), e acrescentando que os números do emprego na Região não eram muito elevados, ainda que imperfeitos. Abordou ainda outras matérias, como a Zona Franca, a Inteligência Artificial (IA) e o envelhecimento, assinalando que a regulação da economia social deixava muito a desejar.

Por sua vez, o Secretário-Geral da Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM), Assis Correia, constatou que inexistiam dados pormenorizados sobre o setor e que atualmente cerca de 90% da população concluiu o ensino secundário, podendo ponderar-se a criação de um estatuto para o estudante-trabalhador, com a inversão dos elementos no binómio trabalhador-estudante, usado atualmente. Fazendo igualmente referência aos alojamentos temporários a que recorriam muitos dos imigrantes que trabalhavam na Região, que se juntavam para arrendar quartos através de intermediários, apelou a um esforço empresarial e do Estado, tendo em vista a valorização salarial, e concluiu que eram as empresas que acabavam por suportar o aumento dos benefícios sociais, mormente no âmbito da parentalidade.

Já o Presidente da Associação de Agricultores da Madeira, João Ferreira, observou que se dizia que as explorações da RAM eram parecidas com as do Norte de Portugal Continental,

mau grado as diferentes dimensões, com muitos terrenos com menos de 1 hectare; que a agricultura era uma profissão digna, apesar de os estrangeiros preferirem a construção civil, porque menos desgastante; e que o preço da terra era igual ao da construção, revelando os seus receios no que tange à aplicabilidade da nova «lei dos solos».

Interveio de seguida a Presidente da União Geral de Trabalhadores da Madeira (UGT Madeira), Leonilde Cassiano, que alegou que havia subvenções em dívida à estrutura desde 2020 (mas não aos seus parceiros) – demandando a aprovação de um Acordo Regional Plurianual, à imagem do que ocorre no Continente e nos Açores (para além de outras disparidades), visto que estes instrumentos seriam sempre o meio preferencial para proteger os trabalhadores e as suas famílias – e que não havia acordo coletivo nem tabela específica para o setor social, mas tão-só portarias de extensão. Fez ainda alusão a outros temas, tais como o aumento de rendimentos, produtividade, IA, ambiente e demografia, reivindicando melhores políticas sociais, em particular no que concerne a creches e idosos e ao combate à pobreza, e maior mobilidade nacional e internacional.

No mesmo sentido, o Coordenador da União de Sindicatos da Madeira (USAM), Pedro Carvalho, relatou as negociações para o aumento dos salários, mesmo com as entidades patronais a contraporem que não havia condições para melhorias, e que o aumento do salário mínimo era condição para o desenvolvimento económico, que dependia não só dos lucros das empresas, mas também da motivação dos trabalhadores. Posto isto, questionou sobre as condições que os sucessivos Governos da República e da Região davam aos jovens, aos quais em muitos casos só restava a emigração, frisando que estes saíam cada vez mais tarde de casa dos pais e que não se podiam conformar com as baixas retribuições auferidas, tendo ainda advogado a redução do horário de trabalho e a revisão do subsídio de insularidade.

Também a Representante da União dos Sindicatos Independentes (USI) da Madeira, Carla Cunha, pediu, em nome desta central sindical independente, que se ouvisse a voz e as aspirações dos trabalhadores, lamentando que a USI continuasse fora do Conselho Económico e Social (CES) – conquanto o modelo plural era o mais adequado – e enunciou alguns tópicos que careciam, a seu ver, de alteração legislativa, como o princípio do tratamento mais favorável, a conciliação e a arbitragem, entre outros.

Ainda nesta linha discursiva, o Coordenador Regional do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, Nélson Pereira, referiu-se às tabelas salariais e aos funcionários ligados a instituições nacionais que continuavam a auferir a retribuição mínima da República e não a da Região, mais elevada; aos empregos

precários, à carga horária e ao excesso de tarefas no setor social, com exemplos concretos; e às faltas injustificadas marcadas a trabalhadores que exerceram legitimamente o seu direito à greve.

Por seu turno, o Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM, Adolfo Freitas, considerou que a falta de mão-de-obra era uma falsa questão, dado que os imigrantes que chegavam à Madeira podiam dotar estes setores dos recursos humanos em falta. Depois de aludir às cifras do desemprego e à reintegração de trabalhadores, recordou que, apesar de a Região ter sido distinguida pela décima vez consecutiva como o melhor destino de turismo insular do mundo, os empregadores continuavam a pagar pela remuneração mínima, reputando de injusta essa uniformização, e acrescentando que não contavam com o Governo regional, que acusou de não enfrentar os problemas existentes. Finalizou invocando o decréscimo da qualidade dos serviços prestados e a greve recentemente levada a cabo em dezembro, porquanto na hotelaria, turismo e alimentação, todos os dias eram dias úteis.

Usou então da palavra o Vice-Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos da Madeira (SINTAP), Ricardo Freitas, que relevou que a maioria das temáticas referentes à Administração Pública eram nacionais, subsistindo poucas carreiras tipicamente regionais, e que a harmonização era desejável, sendo todo o sindicalismo legítimo e devendo as respostas ser logradas, não numa perspetiva corporativa, mas de equidade.

Por fim, o Presidente do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM), António Pinho, ressaltou a carestia de professores na RAM, tal como no Continente, o que representava um problema para a próxima década, receando uma certa permissividade ao nível das qualificações. Sem prescindir, comentou a discrepância salarial entre o setor público e o privado, não obstante terem ordens de grandeza similares, e persistindo igualmente, dentro deste último, diferenças significativas. Terminou verificando a ausência de negociação coletiva direta, o que implicaria a existência de negociação coletiva própria, tendo o SDPM procurado mitigar esse problema, dentro das suas possibilidades.

Concluídas as intervenções dos convidados, passou-se à ronda dedicada aos partidos, começando por tomar da palavra a Senhora Deputada Paula Margarido (PSD), que enalteceu o caminho percorrido, com a colaboração de todos, e que o Orçamento do Estado para 2025 – e as propostas de alteração apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar – considerava o subsídio de deslocação para funcionários públicos da Administração Pública

central, prevendo-se a criação de um Grupo de Trabalho para estudar a sua aplicação, e que o Governo da República contemplara a possibilidade de os trabalhadores-estudantes trabalharem a tempo parcial sem perderem a bolsa, solicitando que as idiossincrasias da Madeira não fossem esquecidas.

Destarte, o Senhor Deputado Pedro Coelho (PSD) realçou a falta de recursos do CECS-RAM, perguntando se seria de cogitar uma alteração legislativa, e bem assim que a taxa regional de risco de pobreza é inferior à espanhola e similar à luxemburguesa; que cerca de 53.000 pessoas trabalham por conta de outrem na RAM; e que o salário médio é superior ao de outras regiões nacionais.

Foi então concedida a palavra ao Partido Socialista, tendo o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) colocado a tónica no diálogo social e na negociação coletiva, e ainda na propalada carência de meios do CECS-RAM. Já a Senhora Deputada Sofia Canha (PS) revelou perceber os desafios e as dificuldades, inferindo que o país ficava melhor se as regiões autónomas estivessem melhores. Ora, a verdade é que a Região continuava a evidenciar muitas desigualdades, ao nível da produção de riqueza e da taxa de pobreza, ilustrando que o orçamento regional era superior ao de Cabo Verde e que, desde 1998, receberam quase 4 mil milhões de euros em fundos comunitários.

A Senhora Deputada Felicidade Vital (CH), entretanto, sublinhou a importância dos dados na ciência e na política, reportando-se aos potenciais beneficiários do estatuto do estudante-trabalhador, indagando em que condições estes poderiam contribuir para o incremento da mão-de-obra disponível, defendendo que os salários adequados dependiam da produtividade nacional e aditando a preocupação do seu partido com a agricultura e com a redução da qualidade do trabalho na hotelaria.

Em complemento, o Senhor Deputado João Ribeiro (CH) evocou o desenvolvimento da Madeira e o facto de o seu partido nunca ter assumido responsabilidades governativas. Isto posto, quis saber o fundamento do aparente desequilíbrio entre representantes dos trabalhadores e empregadores naquela reunião e se o destino da Região era apostar no turismo ou se deveriam procurar outras alternativas.

No uso da palavra, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) analisou que a área do trabalho é marcada por desigualdade, precariedade e baixos salários e que não havia diálogo social sem negociação coletiva. Assim, dissertou que usar o salário mínimo nacional como referência era um problema transversal ao mundo laboral, mesmo em setores com enormes taxas de lucro e de rendimentos, podendo a proposta do Governo para a «lei dos solos» dificultar a disponibilidade fundiária para a agricultura. Reiterou a existência de

atividades económicas cujo funcionamento dependia do trabalho imigrante e que não fazia sentido que profissionais a tempo inteiro não beneficiassem de uma vida digna, nomeadamente ao nível do alojamento.

Neste momento, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP), que se interrogou se na Região havia diálogo ou monólogo social, exortando à valorização do solo agrícola, em detrimento da construção e da urbanização, bem como à dos salários (comparando com as retribuições em outros países) e a medidas concretas de combate à precariedade, mas também à contratação a termo, à desregulação dos horários, à laboração contínua e à regulamentação do trabalho noturno e por turnos. No que toca à segurança social, reclamou pensões dignas, a reposição dos 65 anos como idade legal da reforma (e os 40 anos de serviço para a reforma antecipada) e um maior contributo das tecnológicas intensivas com lucros exorbitantes, na mesma medida em que preconizou, para o setor social, uma rede pública de creches gratuitas e mais atividades para os mais velhos.

Registaram-se ainda as intervenções:

- Do Senhor Deputado Paulo Edson Cunha (PSD), que disse perceber a sugestão deixada para os estudantes-trabalhadores, não se podendo deixar de salvaguardar, outrossim, o mais importante nessa relação: o estudo, indicando que foi o atual Governo da República que garantiu que as bolsas de estudo não se perdiam; que a reconversão prevista na «lei dos solos» não ocorria em todas as situações; e indagando sobre o papel do centro de emprego da Madeira;
- Da Senhora Deputada Ana Bernardo (PS), que enfatizou que a negociação coletiva e a concertação social eram contínuas, não se resumindo a duas ou três sessões por ano, perguntando às entidades presentes como avaliavam a formação profissional da Região e o papel das empresas na requalificação e reconversão;
- Do Senhor Deputado Armando Grave (CH), que fez sobressair a importância das empresas para as remunerações mínimas, que não podiam desempenhar a função da Segurança Social, lamentando os níveis de emigração jovem e asseverando que o seu partido continuaria a lutar pela Madeira e por todo o país.

Em réplica, o Secretário-Geral da ACIF-CCIM, Assis Correia, comunicou que os lucros e salários tinham aumentado proporcionalmente, e que se registava um esforço dos seus associados na melhoria dos vencimentos – que decorriam das funções desempenhadas e não das pessoas a quem eram pagos – e dos prémios associados, para que não se quedasse com a ideia de que o setor não estava a distribuir os lucros. Referenciando de

igual modo o foco colocado na negociação coletiva, informou que muitas das candidaturas de imigrantes eram espontâneas e que até preferiam a adoção de uma modalidade única de contrato, desde que com maior flexibilidade.

Em outra sede, a Presidente da UGT Madeira, Leonilde Cassiano, aventou que a celebração de contratos de curta duração não deveria levar os filhos que gozassem do estatuto de trabalhador-estudante a perder o direito à ADSE, confirmando que também havia reconversão profissional na RAM e que os setores do turismo e da hotelaria tinham condicionalismos e problemas com os horários dos trabalhadores.

Por último, o Presidente do CECS-RAM, António Abreu, elucidou que a representação dos empregadores e dos sindicatos neste órgão é paritária, verificando-se unicamente nesta reunião a ausência da Associação dos Industriais de Construção do Arquipélago da Madeira, e que os demais Sindicatos ali presentes haviam sido convidados diretamente pela 10.^a Comissão, e que o CECS-RAM não detinha atribuições no âmbito da formação profissional, apelando a uma revalidação periódica dos dados utilizados.

Em síntese, o Senhor Presidente da CTSSI saudou a participação de todos, em especial das entidades que ali tinham marcado presença a um domingo, reiterando que a Comissão estava sempre disponível para receber contributos e procedendo assim ao encerramento do primeiro dia de trabalhos.

20 de janeiro (segunda-feira)

- **9h30 – 10h30: Visita à Fundação João Pereira, Ponta do Sol**
 - **Presidente do Conselho de Administração, Elisabete Rodrigues Nunes**
 - **Tesoureira do Conselho de Administração, Maria Ivone Perdigão**

Na presente visita, a acompanhar a delegação, esteve a Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol, Célia Pessegueiro, bem como os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da RAM Paula Margarido (PSD) e Miguel Iglésias (PS).

No início da visita, a delegação foi convidada a conhecer parte das instalações da Fundação, terminando o percurso numa sala, onde foram trocadas impressões sobre a atividade da instituição. Foi explicado à delegação que a Fundação tinha diversas valências no apoio a idosos (como o lar e o centro de dia) e a crianças e jovens, designadamente com

necessidades especiais, mas igualmente a adultos que precisavam de acompanhamento, com a existência de um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI). Foram ainda abordadas as dificuldades e desafios enfrentados pela Fundação, das quais se destacam a falta de recursos humanos e a incapacidade financeira de proceder à valorização salarial dos trabalhadores, o que prejudicava a capacidade de recrutamento.

A visita terminou com novo percurso pelas instalações, tendo a delegação conhecido o espaço exterior (horta) e a cozinha e ainda aproveitado para um curto convívio com alguns idosos, utentes da instituição.

- **11h – 12h: Visita ao Centro Social e Paroquial de São Bento, Ribeira Brava**
- Presidente da Direção – Pe. Bernardino Trindade

Na visita ao Centro Paroquial de São Bento, a delegação foi acompanhada pelo Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo Nascimento, mantendo-se a presença dos dois Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da RAM, Paula Margarido (PSD) e Miguel Iglésias (PS).

À sua chegada, a delegação foi recebida com um momento musical protagonizado pelos utentes da instituição. De seguida, decorreu uma apresentação sobre a atividade desenvolvida, tendo sido destacado o trabalho focado nos idosos com demências e relatada a história da criação da Unidade de Alzheimer, que implicou, entre outras alterações, a adaptação dos espaços. Após a exposição, entrevistaram para declarações iniciais o Senhor Presidente da CTSSI, Deputado Eurico Brilhante Dias, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo Nascimento.

Para maior detalhe sobre os serviços prestados pelo Centro, foi feita uma apresentação por parte da Diretora dos Serviços, Maria Leitão Figueiredo, que explicitou que, para além da atividade com idosos, o centro chegou a ter um centro de atividades de tempos livres para crianças, que fora desativado. Adicionalmente, informou que, a somar ao trabalho centrado nas demências, também prestavam serviços de apoio domiciliário, incluindo o fornecimento de refeições. Noutra área, fez menção às casas-abrigo para as vítimas de violência doméstica. Deu nota igualmente de 2 projetos futuros, com a criação de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e a ampliação da já existente Unidade de Alzheimer. Salientou que, do ponto de vista geográfico, prestavam serviços a utentes vindos de todas as partes da ilha.

No final, apontou alguns dos constrangimentos sentidos, como a dificuldade em recrutar trabalhadores, incluindo questões salariais, as exigências legais para a criação das ERPI e outras.

Alguns elementos da delegação – Paula Margarido (PSD), Miguel Iglésias (PS), Armando Grave (CH) e Alfredo Maia (PCP) – colocaram questões sobre o funcionamento e o financiamento da instituição, que mereceram pronta resposta.

- **12h30 – 14h: Apresentação de cumprimentos do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava à delegação da 10.ª Comissão Parlamentar, seguida de almoço**

A delegação deslocou-se ao edifício da Câmara Municipal da Ribeira Brava para a apresentação oficial de cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, onde foi visualizado um vídeo sobre a história do Município. O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez ainda uma breve declaração, realçando alguns aspetos sociais e económicos da região, como projetos relacionados com equipamentos sociais para jovens e idosos. O Senhor Presidente da CTSSI agradeceu o acolhimento e assinou o livro de honra da cidade.

- **14h30: Apresentação de cumprimentos a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, José Manuel Rodrigues**

Na audiência que concedeu, Sua Excelência o Presidente da ALRAM, José Manuel Rodrigues, deu as boas-vindas à delegação e dirigiu breves palavras aos Deputados sobre a importância da autonomia regional, referindo temas como a majoração das prestações sociais como forma de compensação pelos custos da insularidade. O Senhor Presidente da CTSSI deixou um agradecimento pela receção e realçou a oportunidade que a visita representava para um conhecimento mais próximo da Região e para o aprofundamento das relações institucionais entre a Assembleia da República e a ALRAM.

Acompanhou esta audiência, para além dos anteriormente nomeados, o Deputado Paulo Neves (PSD), eleito pelo círculo eleitoral da RAM.

- **15h – 16h: Reunião com a 7.ª Comissão Especializada Permanente de Inclusão Social e Juventude**

- Deputada Rubina Leal (PSD) – Presidente // Deputada Marta Freitas (PS) – Vice-Presidente // André Pão (PSD); Bruno Macedo (PSD); Sérgio de Oliveira (PSD); Isabel Garcês (PS); Jéssica Teles (JPP); Lina Pereira (JPP) e Mónica Freitas (PAN)

Na reunião com a 7.^a Comissão da ALRAM, por parte dessa Assembleia, tomaram a palavra a Presidente da Comissão, Deputada Rubina Leal, e os Senhores Deputados André Pão (PSD), Isabel Garcês e Marta Freitas (PS), Jéssica Teles (JPP) e Mónica Freitas (PAN). Por parte da delegação, intervieram os Senhores e as Senhoras Deputadas Carla Barros (PSD), Sofia Canha (PS), Felicidade Vital (CH), José Moura Soeiro (BE) e Alfredo Maia (PCP). Também o Senhor Presidente da CTSSI proferiu declarações, encerrando a ronda de intervenções. Em debate estiveram questões como a majoração das prestações sociais; a taxa de pobreza; o envelhecimento demográfico; a proteção dos idosos; a atualização salarial dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e a valorização das remunerações no geral; o financiamento das instituições do setor social; as novas adições (drogas sintéticas); o estatuto do cuidador informal; o acolhimento de crianças e jovens; e a inclusão das pessoas com deficiência.

- **16h30 – 18h: Reunião com o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM), dando a conhecer o trabalho desenvolvido pela Coordenação Regional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens da Região Autónoma da Madeira**
 - **Presidente do ISSM, Micaela Freitas**
 - **Vice-Presidente, Márcia Gomes**
 - **Vogal, Cláudia Pereira**

A Presidente do ISSM começou por avançar alguns elementos sobre o funcionamento do Instituto, designadamente no que respeita ao número de trabalhadores, à organização dos serviços locais e ainda aos dados orçamentais, salientando o aumento das receitas e a diminuição da dívida. Da delegação, tomaram a palavra o Senhor Presidente da CTSSI e as Senhoras e os Senhores Deputados Paulo Edson Cunha e Sónia Ramos (PSD), Ana Bernardo (PS), Armando Grave (CH), José Moura Soeiro (BE) e Alfredo Maia (PCP). Durante a conversa, foram abordados temas como as fontes de financiamento e a sustentabilidade financeira do sistema da Segurança Social; as pensões (incluindo o debate sobre a idade legal de reforma e o regime de antecipação da aposentação das bordadeiras

da Madeira); as respostas sociais para idosos; a majoração das prestações sociais, tendo sido avançados alguns dados relativamente aquelas, como a diminuição da atribuição do rendimento social de inserção.

- **18h30 – 19h30: Reunião com o Inspetor Regional da Autoridade Regional para as Condições do Trabalho, Dr. Benício Nunes**

A reunião com o Inspetor Regional da Autoridade Regional para as Condições do Trabalho começou com uma apresentação do panorama geral da atividade de fiscalização na Região. De seguida, foram colocadas perguntas pelos Senhores e Senhoras Deputadas Paula Margarido (PSD), Ana Bernardo e Fernando José (PS), João Ribeiro e Manuel Magno (CH) e José Moura Soeiro (BE). As questões suscitadas versaram sobre as contraordenações aplicadas; o impacto das alterações legislativas decorrentes da vulgarmente conhecida «agenda do trabalho digno»; a inspeção do trabalho em plataforma digital; o cumprimento das regras legais relativas às licenças parentais e ao regime do teletrabalho; a criminalização do trabalho não declarado; o trabalho doméstico e em *outsourcing*; a negociação coletiva; e o tipo de denúncias recebidas. O Senhor Inspetor Regional, deviantemente complementado pela Dra. Sandra Gonçalves, deu nota de que as alterações legislativas em matéria laboral tinham atribuído à Segurança Social competência para a execução da cobrança de certas coimas, que dependiam da emissão de uma certidão de dívida pela Autoridade Regional para as Condições do Trabalho, alertando para o facto de esta certidão ser digital e não estar implementado o devido procedimento informático para o efeito. Assim, apelou a que, até que fosse resolvido o problema, se repriminasse o quadro legal anterior. Também explicou que a Autoridade centrava a sua atividade numa dimensão preventiva, privilegiando inspeções em setores como o da construção civil, e informou que não existiam processos que envolvessem trabalho em plataformas digitais. Avançou alguns dados relativamente às nacionalidades dos trabalhadores implicados nos processos de inspeção e relatou dificuldades operacionais nas ações de fiscalização quando o trabalhador se encontrava em regime de teletrabalho ou em relação a trabalhadores domésticos. Referiu que, naquele momento, tinham 13 inspetores no quadro, a que se somavam 10 em formação. Reportou a existência de situações de violação do direito à greve, que eram devidamente reencaminhadas ao Ministério Público. Explicou igualmente que, embora fosse

sempre facultada ao trabalhador a possibilidade de apresentar denúncia anónima, em alguns casos, como por exemplo situações de discriminação, era difícil manter o anonimato.

- **20h30: Apresentação de cumprimentos a Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto, e Jantar Oficial de Boas-Vindas no Palácio de São Lourenço**

-

A delegação foi recebida no Palácio de São Lourenço por Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto, que proferiu breves declarações introdutórias, dando as boas-vindas à Região aos Senhores Deputados. Também o Senhor Presidente da CTSSI deixou algumas palavras iniciais, agradecendo a receção e, na pessoa do Senhor Representante da República, o acolhimento que a delegação tinha sentido por parte de todas as entidades que visitou durante aquele dia.

Seguiu-se um jantar oficial, que permitiu uma abordagem mais aprofundada a vários temas de interesse político da Região, com troca de ofertas institucionais entre o Senhor Representante da República e o Senhor Presidente da CTSSI.

Acompanharam a cerimónia, e vários momentos ao longo do dia (tal como oportunamente citado), as Deputadas Paula Margarido (PSD) e Sofia Canha (PS), eleitas pelo círculo eleitoral da RAM.

Terça-feira – 21 de janeiro

- **9h00 – 10h00: Apresentação de cumprimentos e reunião com o Governo Regional - Quinta Vigia, Funchal – Residência Oficial de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, Dr. Miguel Albuquerque**

Na audiência concedida, Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, Dr. Miguel Albuquerque, deu as boas-vindas à delegação, referindo-se na sua alocução a diversos assuntos, entre os quais a Lei das Finanças Regionais, a educação, as áreas sociais – v.g. a habitação e o combate à pobreza – e o Fundo de Coesão e o setor empresarial, mormente às empresas tecnológicas. O Senhor Presidente da 10.^a Comissão agradeceu a receção e descreveu as reuniões já realizadas e a realizar durante aquela visita, reconhecendo a

agenda ambiciosa e a vontade de estar mais próximo, conhecer melhor a realidade e fiscalizar e legislar melhor. O Senhor Presidente do Governo Regional, Dr. Miguel Albuquerque, aproveitou o ensejo para recordar a descontinuidade territorial e a dimensão atlântica de Portugal, assim como a especificidade das autonomias e das formas democráticas de participação, enfatizando a importância destas deslocações. Teve ainda lugar uma troca de ofertas institucionais entre o Senhor Presidente do Governo Regional e o Senhor Presidente da CTSSI.

Acompanhou esta audiência, e bem assim as demais diligências do dia, a Deputada Paula Margarido (PSD), eleita pelo círculo eleitoral da RAM.

- **10h30 – 11h30: Lar da Sagrada Família e Refúgio São Vicente de Paulo, IPSS, Santa Cruz**

Acompanhou esta visita e a subsequente, além da supramencionada Deputada, o Deputado Miguel Iglésias (PS), também eleito pelo círculo eleitoral da RAM.

Os Senhores Deputados foram recebidos à chegada pelo Presidente da instituição, João Moisés Cró, e pela respetiva responsável, a Irmã Edilza Maria da Conceição, das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que principiou por aludir ao histórico de sete décadas de serviço à comunidade, desde logo pela sua fundadora, Júlia Graça de França e Sousa, e indicando que recebiam idosos de toda a Madeira, sem mensalidade fixa, com uma capacidade total de 85 idosos, apoiados por 50 funcionários e 4 Irmãs. Acrescentou que o edifício fora construído em 2003, recebendo donativos e outros contributos em espécie e conseguindo administrar esta estrutura, mau grado o aumento de custos. Prosseguiu o Presidente João Moisés Cró, notando que as verbas obtidas suportavam o quadro de pessoal, pelo qual manifestou o máximo respeito, a que acrescia o trabalho de voluntariado, tendo a expectativa de avançar com obras no edificado, à boleia do PRR. A expensas do Senhor Presidente da 10.^a Comissão, esclareceram que já não dispunham de apoio domiciliário nem de Centro de Dia, encerrado na Achada de Gaula desde o período pandémico, que constituía, aliás, um grande desafio para todos. Foram ainda concedidas respostas suplementares aos Senhores Deputados Miguel Iglésias (PS) e João Antunes dos Santos (PSD), nomeadamente sobre a idade dos funcionários e da população em geral da freguesia e sobre a gestão financeira desta entidade, sendo reforçado que a missão

passava por servir bem os idosos e os funcionários, o que gerava um sentimento de pertença entre todos.

Seguiu-se uma visita às instalações, não sem que antes se procedesse aos correspondentes agradecimentos e saudações.

- **11h45 – 12h45: Visita à Santa Casa da Misericórdia de Machico**

Ainda na mesma manhã, a delegação deslocou-se ao concelho de Machico, a fim de conhecer a Santa Casa da Misericórdia local. Acompanhou esta visita, e o restante programa do dia, para além dos previamente citados, a Deputada Sofia Canha (PS), eleita - de igual forma - pelo círculo eleitoral da RAM, e também o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Machico, Ricardo Franco. Concluído um périplo pelas instalações, foi promovida uma apresentação em sala pela Provedora da instituição, Nélia Martins, que realçou a importância de os trabalhadores do setor social conhecerem a cultura do país em que laboravam e também que as IPSS em geral, e as Misericórdias em particular, não deviam visar a prossecução do lucro, mas sim a obtenção de excedente que lhes permitisse alcançar os seus objetivos. Enquadrou, então, o legado da Santa Casa, cuja fundação remontava ao século XVI, e foi sucessivamente respondendo a perguntas colocadas quer pelo Senhor Presidente da CTSSI, quer pelas Senhoras Deputadas Carla Barros (PSD) e Sofia Canha (PS), sobretudo no que diz respeito ao edifício em que se encontravam (com 25 anos) e ao número de idosos e valências (77 pessoas em lar, dos quais 36 financiados pela Segurança Social, sendo as demais vagas particulares, a que acresciam os centros de dia e de convívio, cabazes alimentares, doação de roupa e centro médico, tudo isto essencialmente em Machico); a equipamentos para a infância, mais especificamente o Infantário Rainha Santa Isabel, com acordo com a Secretaria Regional da Educação; e ao desiderato de integrar e acarinhar todos os utentes e de educar as gerações mais jovens.

- **12h45 – 14h: Apresentação de cumprimentos pelo Presidente da Câmara Municipal de Machico à delegação da 10.^a Comissão Parlamentar, seguida de almoço**

Procedeu-se então a uma breve cerimónia na Câmara Municipal de Machico, na presença do respetivo Presidente, Ricardo Franco, do Senhor Presidente da CTSSI (e bem assim de representantes de todas as forças políticas que integravam a delegação), que assinou o livro

de honra da autarquia, depois de já ter cumprido igual solenidade na Santa Casa da Misericórdia de Machico.

- **14h30 – 15h30: Reunião com o Diretor Regional do Trabalho, Dr. Savino Correia**

Logo após o almoço, os Senhores Deputados encaminharam-se para a Direção Regional do Trabalho, onde foram recebidos pelo respetivo Diretor, o Dr. Savino Correia, que explanou que se orientavam pelo serviço à comunidade e que procuravam imprimir celeridade processual aos assuntos que iam dando entrada, demonstrando com exemplos, e mencionando o edifício e os recursos técnicos e humanos ao dispor, assim como a exigente gestão de equilíbrios e a cumplicidade com os parceiros sociais. Elencou igualmente outros aspetos da intervenção do organismo, desde logo a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, a resolução voluntária de conflitos, a contratação coletiva, o salário mínimo regional e a sua importância (em virtude da sua abrangência e do seu efeito de compatibilização e compressão), completando esta informação com os números associados. Destarte, questionado pelos Senhores Deputados Paulo Edson Cunha (PSD), Paula Margarido (PSD), Sofia Canha (PS), Armando Grave e Manuel Magno (CH), José Moura Soeiro (BE), Fernando José (PS), Joaquim Barbosa (PSD) e Ana Bernardo (PS), e ainda pelo Senhor Presidente da CTSSI, foram fornecidos dados adicionais sobre a percentagem de trabalhadores que percebiam a retribuição mínima; sobre as maiores dificuldades vivenciadas; sobre a articulação entre os instrumentos coletivos de trabalho, em especial as convenções coletivas, e as portarias de extensão; sobre o foco da intervenção, eventual ação inspetiva e acordos entre empregados e empregadores; sobre a dinâmica das relações coletivas e a regulamentação da arbitragem no decurso da intitulada «agenda do trabalho digno»; sobre a prevenção de conflitos coletivos e individuais, conciliação e mediação, despedimento coletivo e definição de serviços mínimos em caso de greve; sobre as relações com a Organização Internacional do Trabalho (OIT); sobre a intervenção material e geográfica e a natureza dos parceiros; e sobre a profusão de instrumentos coletivos em certos setores da economia, tendo a final o Senhor Diretor Regional do Trabalho repetido o empenho que colocavam na tramitação e conciliação e também que o que animava a economia da Madeira – da qual dependiam as políticas de inclusão – eram os segmentos do turismo e similares e da construção civil.

- **16h – 18h: Reunião com entidades da área social: Centro de Apoio ao Sem Abrigo – CASA; Monte de Amigos; Fundação Garouta do Calhau; Associação Protetora dos Pobres; ADECOM - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Monte; Associação Olho-te; Fundação Cecília Zino; Núcleo da Região Autónoma da Madeira da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza; Associação Presença Feminina**
- **18h – 19h30: Reunião com entidades que trabalham com pessoas com deficiência: Centro de Inclusão Social da Madeira; Centro de Apoio à Deficiência Profunda; Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família; Associação de Paralisia Cerebral da Madeira; Associação de familiares e amigos do doente mental da RAM; Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais - Associação Sem Limites**

Com o regresso da delegação ao hotel, e dado o adiantado da hora, decidiu-se concentrar estas duas reuniões num só momento. Nestes termos, foi dada sucessivamente a palavra a cada uma das entidades convidadas ali presentes, a fim de se apresentarem e de definirem de forma sucinta o seu objeto e âmbito de intervenção: primeiramente à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Monte (ADECOM); à Fundação Cecília Zino; à Coordenadora Regional do Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA); e à Associação Monte de Amigos.

No final desta ronda inicial, participaram na discussão as Senhoras Deputadas Paula Margarido (PSD), Sofia Canha (PS) e Felicidade Vital (CH), o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) e o Senhor Presidente da 10.^a Comissão.

De novo no uso da palavra, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADECOM, Gabriela Fernandes, citou o Projeto Montes de Movimento, que candidatara ao Orçamento Participativo da RAM, e as despesas e receitas da instituição e o nível remuneratório dos seus funcionários. Já a Diretora Técnica da Fundação Cecília Zino, Cátia Moreira, verbalizou que o acordo de cooperação com o ISSM estava em análise e que a expectativa era que este ajudasse a melhorar as condições com que se deparavam, procurando quebrar os ciclos intergeracionais de pobreza e transmitir valores de responsabilidade e independência financeira. Ademais, a Coordenadora Regional do CASA, Sílvia Ferreira, afirmou apoiar pessoas em situação de sem-abrigo – cujo plano regional deveria estar concatenado com a Estratégia Nacional - e famílias carenciadas, almejando a sua reinserção e denunciando a

falta de respostas sociais, de habitação partilhada e de espaços para colocar pessoas em caso de emergência e até de acompanhamento de saúde mental, obviando que ninguém estava livre de passar por este flagelo, e relatando a insegurança e a inexistência de balneários públicos no Funchal. Abreviadamente, a Presidente da Associação Monte de Amigos, Margarida Morais, testemunhou que arrancara a sua atividade em fevereiro de 2010, após a tempestade que assolou a RAM, agregando uma série de apoios, desde cabazes alimentares até à procura de emprego, tudo isto com um conjunto de 11 colaboradores.

Numa segunda ronda, entrevistaram ainda a Associação Protetora dos Pobres; a Associação Olho-te; a Fundação Garouta do Calhau; o Núcleo da Região Autónoma da Madeira da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza; a Associação Presença Feminina; o Centro de Inclusão Social da Madeira; o Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família; a Associação de Paralisia Cerebral da Madeira, Cristina Andrade; e a Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais - Associação Sem Limites.

Do mesmo modo, o debate foi alargado aos Grupos Parlamentares presentes, novamente às Senhoras Deputadas Paula Margarido (PSD), Sofia Canha (PS) e Felicidade Vital (CH), ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) e ao Senhor Presidente da 10.^a Comissão.

Devolvida a palavra aos convidados, o Diretor Técnico da Associação Protetora dos Pobres, Roberto Aguiar, enumerou uma plêiade de equipamentos e serviços disponibilizados, como a cantina social, o centro de acolhimento noturno, o projeto de ocupação de tempos livres, gabinetes e balneários, roupa e calçado, alimentação e acompanhamento psicológico, trabalhando com pessoas em situação de sem-abrigo e com outras carências económicas, e pronunciando-se a favor do modelo *housing first*. Sucedeu-lhe a Presidente da Olho-te, Cristina Loja, uma associação artística de solidariedade social com sede no Bairro da Nazaré (visivelmente degradado), que descreveu os projetos em curso, colocando à prova os envolvidos – que quanto mais autónomos fossem, melhor – e estranhando que ainda houvesse quem confundisse integração com segregação, contrapondo que não discriminavam ninguém e que o único apoio recebido fora o edifício da sede. Por parte da Fundação Garouta do Calhau, o Presidente, Ricardo Silva, deu nota dos centros de dia da fundação, que prestavam cuidados às pessoas com demência, e da perspetiva de alargamento da atividade para o período noturno. Destacou igualmente as parcerias estabelecidas entre as várias instituições da Região, enaltecendo o espírito de colaboração. Ora, a responsável pelo Núcleo da Região Autónoma da Madeira da EAPN Portugal / Rede

Europeia Anti-Pobreza, Licínia Freitas, alinhou pela mesma linha discursiva, identificando a RAM como a segunda região de Portugal com maior percentagem de pobreza, com uma subida vertiginosa dos números, e lembrando a inflação do preço das casas e a chegada de muitos estrangeiros numa fase final da vida, com um elevado poder de compra. Noutro âmbito, a Presidente da Associação Presença Feminina, Helena Pestana, sinalizou que celebraram um acordo com a Segurança Social, mas somente para a casa-abrigo, tendo sustentado a estrutura à sua custa no passado, com harmonia, valorando o atendimento (jurídico e psicológico) por equipa especializada, a casa-abrigo, a sensibilização nas escolas, a integração de imigrantes e o apoio do associativismo e da Câmara Municipal do Funchal. O representante do Centro de Inclusão Social da Madeira avançou alguns dados sobre a atividade desenvolvida, designadamente o número de Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, informando o número de utentes e funcionários, e salientou a média de idades dos trabalhadores, alertando para as dificuldades de recrutamento. Deixou também uma nota positiva sobre a integração dos utentes no mercado de trabalho. O Diretor-Gerente do Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família, Rui Freitas, e a Superiora do Centro, Irmã Albina Silva, por sua vez, anunciaram que o seu financiamento provinha da tutela da Saúde, conjugado com uma gestão rigorosa e muitos benfeitores, referindo ainda as tabelas salariais e a concorrência do setor público. Não obstante, e dadas as despesas suportadas, pediam também ajuda à Segurança Social, que ou não chegava, ou chegava tarde, remetendo por vezes para a indicada tutela da Saúde, sendo todo este processo bastante burocrático e moroso. Intervieram então a Vice-Presidente da Associação de Paralisia Cerebral da Madeira, Cristina Andrade, e a Diretora-Técnica, Andrea Soares, que atentaram à estrutura residencial e ao CACI providenciados, com utentes em cama rotativa e em cuidados paliativos, abrangendo população adulta e com deficiência motora e computando um conjunto de valências. Depois de argumentarem que alguns edifícios continuavam sem acessibilidade para cadeiras de rodas, comunicaram que o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) era mais expedito que no Continente, apesar de, muitas vezes, esses produtos já não serem necessários quando efetivamente chegavam aos destinatários, mostrando-se favoráveis à condição de recursos e à promoção da autonomia das pessoas com deficiência. Deram também conta de acordos com Segurança Social (mas não com a Saúde), de um número equilibrado de utentes e trabalhadores (cerca de 90 cada) e de uma ligação à Fundação La Caixa e ao Banco Português de Investimento (BPI): o Prémio Capacitar, em 2017. Para finalizar, o Presidente da Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais - Associação Sem

Limites, Filipe Rebelo, redarguiu que a tabela do SAPA não funcionava por responsabilidade da Segurança Social e que a mesma não devia estar sujeita a condição de recursos. Posto isto, alargou as suas críticas à operacionalização do crédito à habitação e da Prestação Social para a Inclusão (PSI), esta última por entender que o seu montante não era suficiente para uma vida digna, mesmo com o complemento, aspirando a que as grandes empresas pudessem contratar trabalhadores com deficiência que não apenas por obrigação legal, dado que estes, amiúde, careciam tão-só de uma oportunidade profissional. De igual modo, aduziu que a fisioterapia do Serviço de Saúde da RAM (SESARAM) também não satisfazia as necessidades existentes, sem prejuízo de os acordos serem antigos, rematando com exemplos que considerou ilustrativos.

Em conclusão, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Eurico Brilhante Dias, agradeceu a participação de todos, em especial dos convidados que tinham correspondido ao repto lançado, fazendo um balanço positivo desta visita, que permitira a toda a delegação um contacto direto e um conhecimento detalhado dos problemas e desafios do mundo do trabalho e do setor social da Região Autónoma da Madeira, e afirmando que a CTSSI estava e sempre estaria aberta à pronúncia dos interessados.

Palácio de São Bento, 22 de abril de 2025

O Presidente da Comissão
Eurico Brilhante Dias